

Fortalecimento em Tempo de Sofrimento: Reflexões Sobre o Trabalho do Psicólogo e a Realidade Brasileira

Raquel S. L. Guzzo^{1,2}

Fernando Lacerda Jr.

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil

Resumo

Inserida em um mundo em que a globalização e o neoliberalismo são hegemônicos, a realidade brasileira é dominada por uma dinâmica social que produz opressão e sofrimento para a grande parte da população. Profissionais que se defrontam com esta realidade e suas conseqüências são marcadas pelo medo e várias dificuldades. Depois de apresentar processos históricos correntes e seu impacto sobre a realidade brasileira, este trabalho descreve um programa desenvolvido para profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social. O programa teve um horizonte libertador e buscou criar diálogo e reflexões sobre a realidade e como transformá-la. O programa teve três estágios. Avaliação de dimensões da vida pessoal e profissional. Esta informação foi discutida em cinco sessões de três horas envolvendo implicações do programa. Processos psicossociais relacionados a libertação e opressão são discutidos. Apoio CNPq.

Palavras-chave: Prevenção; Psicologia Comunitária; Fortalecimento; Conscientização.

Empowerment in Time of Suffering: Reflections on Psychologist's Work and Brazilian Reality

Abstract

Inserted in a world where globalization and neoliberalism are hegemonic, Brazilian reality is ruled by social dynamics that produces oppression and suffering for most of the population. Psychologists and other professionals who face this reality and its consequences are stained by fear and various difficulties. After addressing current historical processes and its impact over Brazilian context, this article describes a program developed for professionals associated with the Municipal Social Assistance Secretary. The program had a liberatory horizon and aimed to create dialogue and reflection about reality and how to change it. The program had three stages. Assessed dimensions of their work and personal lives. This information was discussed in five three-hour sessions. Finally, the implications of the program were evaluated. Psychosocial processes related to liberation and oppression are discussed. Support: CNPq

Keywords: Prevention; Community Psychology; Empowerment; Conscientization.

Idéias, contextos e caminhos

Capitalismo, globalização e neoliberalismo: que mundo vivemos?

Profissionais que enfrentam o contexto de pobreza produzido dentro da sociedade capitalista necessitam de uma nova consciência de humanidade. As evidentes desigualdades engessam a vida, enquanto que as pessoas, cada vez mais, sentem-se incapazes de viver e conviver.

Vive-se dentro de um estado capitalista que incorpora as reformas postuladas pela ideologia neoliberal que dá continuidade e legitima o capitalismo (Anderson, 2000). As reformas neoliberais incluem tentativas de desmantelamento do Estado para que o Mercado possa existir sem sua intromissão, criar uma visão de Estado como estrutura deficitária levando a "necessidade" de privatização, elevar o Mercado

ao nível de divindade, priorizar a economia sobre o social, criar um grande contingente de desempregados para enfraquecer movimentos sociais (por exemplo: sindicatos) e ter como horizonte que a desigualdade é condição para o desenvolvimento (Anderson, 2000; Therborn, 2000a).

O processo de globalização surge em conjunto com o neoliberalismo. A globalização é uma tendência de alcance ou impacto universal de fenômenos sociais multidimensionados (política, economia e cultura) envolvendo diferentes sistemas interativos (Therborn, 2000b). Intensifica-se o fluxo de capitais, mercadorias, pessoas, idéias, valores, imagens, criminalidade, doenças, informações e conhecimentos (Marsella, 1998).

A globalização pode ser dividida em dois processos (Boff, 2000a, 2000b). Um, menos predominante, envolve o reencontro de diferentes culturas levando para a universalização do mundo, em que o local e o global trocam constantemente seus erros e seus acertos. Outro, hegemônico e determinado pelos países do norte. É baseado no princípio de autodestruição do planeta em que as pessoas interagem de maneiras instrumental e exploratória entre si e com o outro e com o mundo, em que os princípios

¹ Endereço para correspondência: rguzzo@mpc.com.br

² O presente trabalho foi apresentado na International Conference of Critical Psychology realizada entre 27 e 31 de agosto de 2003 em Bath, Inglaterra. Foi reformulado e ampliado para a presente publicação.

de competitividade, individualismo e acumulação de riquezas são universalizados.

Boff (2000b) apresenta a crítica que é formulada por movimentos, cujo horizonte é a libertação:

O núcleo desta sociedade não está construído sobre a vida (...) O seu eixo estruturador está na economia de corte capitalista. Ela é um conjunto de poderes e instrumentos de criação de riqueza (...) mediante a depredação da natureza e a exploração dos seres humanos. A economia é a economia do crescimento ilimitado, no tempo mais rápido possível, com o mínimo de investimento e a máxima rentabilidade. Quem conseguir se manter nessa dinâmica e obedecer a essa lógica, acumulará e será rico (p.42-43).

Neste sistema, uma grande produção de riqueza resulta concentrada em fortunas controladas por corporações transnacionais produzindo, assim, uma crise social (Boff, 2000c).

De acordo o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) em 2003:

- As pessoas 5% mais ricas do mundo recebem 114 vezes mais as 5% mais pobres;

- A renda da população 1% mais rica do mundo equivale a renda dos 57% mais pobres;

- Os 25 milhões norte-americanos mais ricos têm renda equivalente a quase dois bilhões da população mundial mais pobre.

Estes dados sugerem um sistema hegemônico mundial excluyente. A crise capitalista não é temporária. É estrutural (Santos, 2000). Para que o capitalismo possa existir, a maioria precisa viver em condições desumanas.

Vivendo no Brasil

O Brasil insere-se neste mundo, incorporando todas as contradições do sistema capitalista. Possui o segundo maior coeficiente de Gini (o coeficiente de Gini expressa a desigualdade na distribuição de renda – um índice zero indica uma igualdade perfeita na distribuição da renda, enquanto um índice um significa que a renda estaria concentrada na mão de apenas um indivíduo) do mundo: 0,61% (UNDP, 2003). Como resultado de uma história colonizada, pobreza e opressão não são exceções. Novamente, pode-se destacar alguns dados que clarificam que, o que hoje se vive, não é culpa das vítimas do sistema tal como propõe a ideologia burguesa do individualismo, que coloca o indivíduo como o único responsável por suas próprias conquistas. O mesmo relatório aponta que quase 10% (9,9%) da população brasileira vive com menos de um dólar por dia, isto em um país com mais de 170 milhões de habitantes é equivalente a mais de 17 milhões de pessoas.

A UNICEF (2002) aponta que 34,6% das crianças que nasceram no Brasil em 1999 morreram antes de completar um ano. Estes são seres humanos que, em sua maioria, cres-

cem em relações permeadas por violência, em contextos em que a diferença torna-se desigualdade e, por isso, relações de poder e autoridade estão presentes desde a esfera familiar até os contextos públicos e políticos (Chauí, 2001; Guzzo, 2003).

Em qualquer área que se trabalhe, há uma maioria da população sempre presente, mas distante dos benefícios sociais dispostos na Constituição Federal. O que mais incomoda e provoca a indignação é que cada vez menos pessoas detêm o poder, sobretudo econômico e, este, cada vez mais determina o grau de humanidade que alguém pode alcançar. Desta forma, deixam de existir os direitos de uma vida mais digna, ou seja, ficam à margem do sistema crianças, famílias e comunidades inteiras em uma dinâmica de desigualdade social sem precedentes. Aqueles, cujos valores passam pela concepção de humano como um ser, cuja dignidade da vida deve ser preservada, sentem-se como se estivessem diante de um comovente espetáculo - a destruição paulatina e constante das relações humanas e uma conseqüente forma de vida marcada pelo sofrimento.

A desigualdade social passa a ser a grande marca deste país continental e tem causado sofrimento e alienação na grande maioria da população. E, o que é pior, este fenômeno se normaliza e se naturaliza (Gentili & Alencar, 2003). Passa a ser tão trivial, que não incomoda mais. As pessoas vão se acostumando e tudo começa a fazer parte do cotidiano, mascarando sentimentos e disposição para a vida. Quando um fenômeno social é considerado natural ele é visto como algo imutável, fora de controle do indivíduo e, portanto, desta forma, contribui para o nascimento do fatalismo, tema que será mais à frente discutido.

Quando se toca na questão da desigualdade social, o fenômeno da exclusão aparece de forma hostil e intensa, por meio de diferentes ações. A vida em grandes cidades, especialmente na América Latina, tem um contraste da riqueza e da pobreza, de opressão e violência, que marcam a vida de qualquer pessoa, para chamar a atenção a apenas um dos mais evidentes indicadores das desigualdades sociais. A cidade em que este trabalho foi desenvolvido, como uma cidade brasileira de grande porte, não esconde suas duas faces e é um exemplo vivo das conseqüências neoliberais sobre as organizações sociais e o cotidiano das pessoas.

Com um contraste exagerado, cabe ao serviço público o atendimento a camadas da população que se distribuem pelas diferentes regiões da cidade em situações precárias de vida, distantes de serviços e benefícios sociais disponíveis para a população. O público e o privado atravessam todas as atividades sociais que deveriam sustentar as políticas públicas de Saúde, Educação e Habitação, dentre outras. Quem pode, paga por serviços privados, enquanto a maioria busca pelos serviços públicos e cada vez mais, um enorme fosso se abre entre as pessoas, impedindo que relações solidárias se estabeleçam, sobretudo como regras de

convivência social. Com o dismantelamento do Estado e a ideologia neoliberal, cada vez mais ações sociais (sejam em educação, habitação, etc) de caráter privado passam a ser sinônimo de boa qualidade, enquanto serviços públicos são considerados de má qualidade. Até a iniciativa privada de Organizações Não-Governamentais passam a substituir, em muitos momentos, a ação do Estado. O Terceiro Setor surge para cumprir um papel que o Estado é incapaz de cumprir, em outras palavras, vem encobrir a grande contradição do estado capitalista: a negação da cidadania à maioria. Os dominadores das organizações sociais lavam sua consciência e seu dinheiro, ao “ajudarem” os dominados em projetos assistencialistas, ou seja, iniciativas de caráter privado (visando abater o valor do imposto de renda ao mesmo tempo em que se constrói a imagem falsa de cidadão responsável) iniciam ações em que se dá o peixe para a maioria da população, ao mesmo tempo, que retiram o direito a pescar das maiorias, por as explorarem. Com isso, um ciclo de alienação se mantém e sua mais grave consequência, especialmente em relação à ação social, é que as pessoas se paralisam e o trabalho perde seu significado de envolvimento e transformação.

Lutando por mudança: justificativa e horizonte deste trabalho

Qualquer trabalho que se desenvolva de forma consciente no Brasil chama a atenção para uma realidade desafiadora, cheia de contrastes e de difícil solução. Ser psicólogo, fazer Psicologia em um país latino-americano necessita muito mais do que a falsa neutralidade que o positivismo propõe. A suposta não postura política é uma opção política (Heller, 1982). A neutralidade em tal contexto é uma postura que legitima e mantém o status quo. Neutralidade é omissão. “Objetividade não é o mesmo que imparcialidade em relação aos processos que necessariamente afetam todos nós. Para uma análise psicossocial objetiva é mais útil tornar consciente o próprio envolvimento e interesses que negá-los e colocar-se em um lugar fictício ‘além do bem e do mal’” (Martín-Baró, 1996b, p. 149-150). A psicologia latino-americana deve ter como imperativo ético a opção pela libertação de sua população e profundo comprometimento com sua realidade (Martín-Baró, 1996c).

Para Le Bret (1959), se quisermos fugir à barbárie, devemos buscar uma renovação da cultura, da base à cúpula, da pequena comunidade ao plano mundial. O que só é possível pelo conhecimento da mais elementar necessidade e da mais aguda consciência das exigências de solidariedade universal. Isso supõe o envolvimento das pessoas com as diferenças culturais e políticas que estão presentes nas dinâmicas do cotidiano. Para este autor, o único caminho possível na direção desta utopia é disseminar a libertação. Movimento que exige diferentes ações que têm em comum a passagem de uma condição menos humana para uma mais hu-

mana, a cooperação fraterna e o engajamento pleno e rigoroso de todos os homens no plano do coletivo, respeitando as diferenças e estreitando a unidade da humanidade. Esta, para o autor, é uma opção pelo homem – para que o homem se torne plenamente o que deve ser, precisa optar pela generosidade e, para tornar-se livre, é preciso saber comprometer-se. Uma sociedade marcada por laços de solidariedade cada vez mais complexos e fortes exige esforço e tempo. Por isso, a importância de uma educação que exercite mais conscientemente a liberdade e proponha mais intensamente o progresso coletivo.

O horizonte que guiou o presente trabalho é a libertação. Libertação de um povo que vive as consequências de um sistema desumano. Libertação da opressão para a solidariedade. Este é o novo horizonte que Martín-Baró (1996d) propõe para a psicologia, ou seja, superar as condições de opressão e fatalismo às quais os oprimidos estão imersos para a libertação pessoal e social. Libertação implica em resistência quanto as forças opressivas (Prilleltensky, 2003; Prilleltensky & Nelson, 2002).

De acordo Moane (2003): “A psicologia da libertação requer uma análise das condições sociais em que as pessoas vivem suas vidas, um entendimento da opressão internalizada e um conjunto de práticas ou intervenções que transformem padrões psicológicos e sociais associados à opressão” (p. 92). Um horizonte liberatório requer análises de processos psicossociais tais como impotência, fatalismo, conscientização, fortalecimento e mudança social. Buscando basear as transformações em experiências específicas e contextos de grupos distintos para permitir às pessoas que alcancem sua vocação como seres de práxis (de pensar e agir) e como agentes de sua própria história (Freire, 1980, 2000; Moane, 2003).

Sobre Opressão e Libertação Exploração, fatalismo e impotência

A psicologia tradicionalmente apresentou a impotência (*powerlessness*) associada a psicopatologias surgidas de defeitos individuais, ou seja, culpa-se as vítimas de um sistema de exploração que, na realidade, ao viverem em tais situações sentem-se incapazes de mudar sua realidade (Joffe & Albee, 1981). Em outras palavras, “pessoas sem poder são normalmente exploradas por grupos econômicos poderosos” (Joffe & Albee, 1981, p.322).

Impotência é fenômeno psicossocial que existe reciprocamente com outro: o fatalismo. Para Freire (2000), o fatalismo paralisa o homem diante da história e o faz renunciar à capacidade de pensar, de escolher, de decidir, de projetar e de sonhar. Diante da impossibilidade de se fazer qualquer coisa pelo poder determinante que fatores têm sobre nossas vidas, o homem perde seu sentido de luta pela concretização de seus sonhos, sente-se predestinado ao seu destino e incapaz de agir sobre ele.

Tabela 1
Aspectos característicos do fatalismo latino-americano (retirado de Martín-Baró, 1996a, p.202)

Idéias	Sentimentos	Comportamentos
Vida é predefinida	Resignação ao próprio destino	Conformação e submissão
A própria ação não pode mudar seu destino	Não deixar-se afetar nem emocionar pelos sucessos da vida	Tendência a não fazer esforços, a passividade.
Um Deus distante e todo poderoso decide o destino de cada pessoa	Aceitação do sofrimento causado	Presentismo, sem memória do passado e nem planejamento do futuro.

Categorias como fatalismo, exploração e impotência podem denunciar o quanto a psicologia, historicamente, esteve ao lado dos dominadores. Albee (1986) ao denunciar a ideologia calvinista de predestinação em grandes correntes da psicologia que, desta forma, coloca como única alternativa possível as estratégias remediativas (leia-se estratégias que sustentam o *status quo*).

Na América Latina, cujas populações possuem oportunidades de vida estreitas, a realidade social torna-se parte da natureza. “Cada objeto tem seu próprio ciclo pré-determinado, e as únicas são aquelas impostar pelas demandas mínimas de evolução. As coisas são como são, como foram ontem e, assim, serão amanhã” (Martín-Baró, 1996a, p.199). Aqui também cabe a idéia de predestinação, o destino é algo inevitável, esta compreensão do mundo é o fatalismo. Martín-Baró (1996a) colocou que o fatalismo pode existir como idéias, sentimentos e comportamentos, assim como ilustra a Tabela 1.

O fatalismo tem uma utilidade política, que por muito tempo a psicologia sustentou apresentando, o que é na realidade a internalização da dominação social, como traços característicos de personalidade (Martín-Baró, 1996a). São idéias e práticas que surgem e passam a legitimar relações de poder assimétricas, para Thompson isto é ideologia (Guareschi, 1996; Sloan, 2002). O fatalismo traz significado para as classes oprimidas, no entanto “as raízes do fatalismo jazem, não na rigidez psicológica de indivíduos mas no caráter imutável das condições sociais nas quais pessoas e grupos vivem e são formados” (Martín-Baró, 1996a, p.217).

Conscientização

No Brasil, Paulo Freire (1980) cunhou a idéia de conscientização. Freire considera a conscientização como um compromisso histórico, implica em que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Para Martín-Baró (1996c) “conscientização não consiste em uma simples mudança de opinião sobre a realidade, uma mudança na subjetividade de cada indivíduo que deixa intacta a realidade, conscientização supõe que pessoas mudam no processo de mudança de suas relações com o ambiente ao seu redor e acima da tudo com os outros” (p.41). Este conceito é fundamental para o processo de fortalecimento e, conseqüentemente da transformação social.

Para Freire (1980), uma das características dos seres humanos é que somente eles são capazes de distanciar-se frente ao mundo para objetivá-lo e com isso, agir sobre a realidade. Isto, para Freire é a práxis humana, ou seja a união indissolúvel entre a minha ação e a reflexão que posso fazer sobre o mundo. A conscientização, portanto, torna-se um processo pelo qual o homem ultrapassa a esfera espontânea de apreensão da realidade para alcançar uma esfera crítica na qual a realidade se dá como algo conhecido e sobre o qual se assume uma posição epistemológica. Tanto Martín-Baró (1996c, 1996d) quanto Prilleltensky (1989) propuseram a conscientização como atividade necessária para o psicólogo, a partir das idéias de Freire, como processo gradual em que o homem, na medida em que conhece e age no mundo, transforma-o e transforma a si mesmo, sendo agente de sua própria história.

Fortalecimento

A idéia de fortalecimento, segundo Monteiro (2003) inicia-se ao final da década de setenta, em países latino-americanos, como uma via fundamental de ação da psicologia comunitária para se alcançar o desenvolvimento e transformações sociais desejadas. A autora realiza, ainda nesta obra, uma importante análise crítica sobre este processo, sua definição, seus componentes e fases de desenvolvimento, como um modelo de intervenção, a partir de necessidades de superação da desesperança, do fatalismo e alienação, da apatia e paralisação diante da realidade, da indiferença, da insegurança presente em populações nas mais diferentes sociedades. Em sua análise, Montero discorre sobre a necessidade de que estas idéias possam ser representativas de um esforço de conceituar um processo importante na ação comunitária e psicossocial.

Este processo vem com a constatação de que o homem é um ser político, cuja impotência surge em contextos de injustiça e opressão (Kieffer, 1984). Para Kieffer o fortalecimento é um processo contínuo e em longo prazo do desenvolvimento do adulto, com ações que permitam às pessoas serem sujeitos de sua própria história e dependem necessariamente de três dimensões interligadas: a) desenvolvimen-

to de um autoconceito mais positivo, ou competência; b) compreensão crítica do ambiente social e político; e, c) promoção e organização de recursos coletivos e individuais para ação política e social.

Serrano-Garcia (1984) ao desenvolver e avaliar atividades que buscaram o fortalecimento em uma realidade colonizada (assim como a brasileira), destaca que os objetivos ao fortalecer são a busca de contribuição para que pessoas tenham maior controle sobre suas vidas, desenvolvam habilidades e sentimentos de competência então tais objetivos foram cumpridos. No entanto, o fortalecimento no contexto colonial em que a autora vive pode se tornar uma ilusão, pois não permitiu o desenvolvimento de uma consciência crítica e alternativa ao conservadorismo pró-América do Norte presente na realidade de Porto Rico. “O controle adquirido pelos residentes sobre suas vidas foi alcançado dentro de um contexto colonial e opressor. Os residentes não podem ainda confrontar aquele contexto. Que ainda continua a determinar suas vidas e, de muitas maneiras, seus pensamentos” (Serrano-Garcia, 1984, p.198). Serrano-Garcia propõe que deve-se buscar novos esforços no intento de que o fortalecimento não seja ilusão mas uma realidade. Neste, mesmo trabalho, a autora justificou sua escolha por intervir com grupos a partir das premissas de que os esforços coletivos são necessários para alcançar controle de recursos, grupos oprimidos, usualmente, são localizados geograficamente, ações locais bem-sucedidas favorecem ações destes grupos em contextos desconhecidos e que diferentes níveis de intervenção são incluídos em esforços comunitários.

Dez anos depois, Serrano-Garcia e Bond (1994) colocam que trabalhos de fortalecimento buscaram muito mais indivíduos que grupos e, negligenciaram grupos tais como: mulheres, não-brancos, imigrantes e etc. O fortalecimento de grupos oprimidos, de acordo as autoras, depende do reconhecimento dos grupos oprimidos, porém além disso é fundamental o respeito de construções destes grupos tais como valores, visões de mundo e etc. que podem ser únicas encontrando-se assim diversidades e similaridades destes grupos. A idéia de fortalecimento, desenvolvidas com grupos e a partir das idéias de Freire, pode ser um método que busca a identificação de problemas, análise e crítica dos mesmos e o desenvolvimento de atividades que mudem positivamente suas vidas e suas comunidades em três fases: escutando, dialogando e agindo (McQuiston, Choi-Hevel & Clawson, 2001).

Para Rappaport (1995) os objetivos do fortalecimento são melhorados quando as pessoas descobrem ou criam ou dão voz a uma narrativa coletiva que sustenta positivamente suas próprias histórias de vida. Este processo é, portan-

to, recíproco pois muitos indivíduos por sua vez criam, mudam e sustentam as narrativas de grupo e vice-versa.

Promover o fortalecimento entre profissionais que trabalham com os oprimidos, que vivem os males de um sistema injusto, que defrontam-se dia-a-dia em seu trabalho com os resultados de um sistema que muitos deles sustentam, é um dos diferentes meios que a Psicologia pode dispor, não somente para promover o bem-estar, mas para o intento da mudança social. Promover o fortalecimento, é escolher uma estratégia dentro de uma das três tarefas urgentes que a Psicologia da Libertação deve cumprir: promover as virtudes populares, recuperar a memória histórica da população latino-americana e a desideologização da vida cotidiana (Martín-Baró, 1996d).

Da Experiência

O que se busca

Compreendendo o contexto comunitário como uma rede complexa de interações, o trabalho de psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais inseridos na realidade anteriormente apontada pode ter um sentido fortalecedor e levar a mudanças. No entanto, dadas as circunstâncias atuais, o mesmo resulta em um processo contrário de impotência e paralisação diante dos desafios.

O trabalho desenvolvido por profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social de uma cidade com características de uma metrópole, com famílias, grupos e indivíduos envolve constantes sentimentos de incompetência, sofrimento, obstáculos e conflitos com a transformação social. O trabalho desenvolvido por estes profissionais é realizado diretamente com as comunidades em diferentes programas. A Secretaria dividiu a cidade em cinco regiões (Sul, Norte, Noroeste, Sudoeste e Leste) e, em cada uma delas, foi criado um espaço descentralizado de funcionamento do poder público mais próximo à população. A organização destas regiões foi orientada por demandas sociais localizadas geograficamente.

Nestes espaços públicos e regionais várias atividades são desenvolvidas, desde o cadastramento de famílias com necessidades especiais (tais como problemas de saúde física e psicológica, desemprego, violência) para o encaminhamento a programas especiais que fazem parte das políticas da gestão pública, até o atendimento de pessoas que buscam auxílio para outros problemas e queixas, pois necessitam de orientações e aconselhamento. Estes trabalhos, no entanto têm mostrado que as soluções propostas não modificam a realidade e que, a cada dia, mais e mais pessoas se enfileiram diante do poder público para buscar ajuda e a cada vez, com maior gravidade as comunidades se mantêm à margem de uma vida digna. Sofrem os técnicos pela incapacidade de buscar soluções para os problemas

sociais, sofre a população que a cada dia tem mais dificuldades para viver.

O objetivo deste trabalho foi o de descrever e analisar um programa de capacitação de técnicos e coordenadores de uma secretaria municipal de assistência social, voltado para mudanças pessoais e coletivas por meio de um conjunto de ações que buscavam a compreensão das dinâmicas do trabalho cotidiano em diferentes regiões da cidade. A Secretaria de Assistência Social assumiu como diretriz “a *autonomia das pessoas* e não somente autonomia econômico-financeira mas psicossocial e política (cidadania plena), o combate a exclusão social e conseqüentemente busca da inclusão, a qual requer a priorização de ações de caráter preventivo” (DOAS, 2003, p.42) rever o ano. Não bate com a referência. Esta proposta, tendo como justificativa a necessidade de desencadear um processo de construção de uma nova lógica na intervenção social, buscou a mudança de paradigma – da dependência e clientelismo para coresponsabilidade e cidadania; da perspectiva da comunidade carente para a comunidade com potencialidades e virtudes, ao refletir com os participantes o cotidiano de seu trabalho.

Participantes

O grupo formado para a capacitação se constituiu de 51 profissionais, dois do sexo masculino e 49 do sexo feminino, todos exercendo uma função técnica ou de coordenação em uma das regiões da cidade, nos programas comunitários, tendo como profissão - um Engenheiro, uma Professora de Educação Física, nove Psicólogos e 40 Assistentes Sociais.

Descrição do programa

O programa foi desenvolvido em três estágios. O primeiro foi obter informações dos participantes. O segundo envolveu discussões de grupo de diferentes questões e temas levantados no primeiro estágio. O terceiro avaliou o programa e identificou os passos seguintes.

Primeiro estágio

Dentre os participantes, 53% dos profissionais responderam a um roteiro de questões estruturado em quatro dimensões: 1) dados pessoais (idade, sexo, grau de escolaridade, formação básica, formação complementar, tempo de trabalho na área, situação familiar); 2) Informações sobre o trabalho (descrição da rotina, da responsabilidade, tempo de exercício das atividades profissionais, aspectos positivos e negativos relacionados ao trabalho, necessidades mais importantes para o exercício profissional, problemas mais intensos que interferem no exercício da função, sugestões para melhorar a relação com o trabalho); 3) Visão da realidade de trabalho (descrição da realidade onde trabalha,

problemas que vive no cotidiano, aspectos positivos da realidade que serviriam como promotores do desenvolvimento das ações comunitárias); 4) Descrição pessoal (como se vê, forças e fraquezas, aspectos pessoais positivos e negativos que interferem em no desenvolvimento do trabalho); e, 5) uma análise da sociedade e das razões porque se vive este cotidiano.

O grupo que respondeu ao primeiro questionário de caracterização tinha como idade média 37 anos e meio, todos com o nível superior completo e 20% apontaram ter formação complementar voltada para diversos cursos não relacionados ao trabalho comunitário. Tinham em média oito anos de trabalho na área e na maioria com família constituída com filhos. Trata-se portanto de um grupo que tem uma história com a área do trabalho que desenvolve sem no entanto estar especializado para a função; em sua maioria mulheres com responsabilidades familiares, seja no cuidado com filhos seja como responsáveis financeiramente pela ajuda aos pais. Deve-se destacar que estas responsabilidades são mais assumidas pelo fato de serem mulheres inseridas em uma sociedade patriarcal e machista.

Na descrição sobre suas atividades o grupo apresentou um conjunto diversificado que se distribuiu em três dimensões básicas.

1. *Atividades Burocráticas Operacionais*: relativas ao desenvolvimento de alguns dos programas existentes, estas atividades referem-se a processos de registro dos usuários, controle dos programas, entrega de materiais e cheques para os usuários, elaboração de relatórios técnicos e de acompanhamento da população atendida, registro e armazenamento de todos os processos, prestação de contas para a administração.

2. *Atividades Técnicas de Avaliação e Planejamento*: incluindo reuniões diversas e em diferentes instâncias da estrutura administrativa, relatórios. Estas atividades são relatadas de forma diversificada tendo um peso menor em relação às anteriores na rotina do trabalho.

3. *Atividades Profissionais*: são todas aquelas relacionadas ao funcionamento dos programas e aparecem agrupadas em atendimento social e psicológico à população (plantão para atendimento da população, avaliação e atendimento à famílias, incluindo estudo social, acolhimento e encaminhamento a outros serviços públicos, atendimento individual a crianças, adolescentes e adultos que procuram pelos serviços públicos), visitas domiciliares e acompanhamento de famílias, formação e acompanhamento de grupos, tais como grupo de mulheres, associação de bairros, cooperativas, reuniões com agentes comunitários. Estas atividades preenchem grande parte da rotina dos profissionais participantes deste trabalho, juntamente com as atividades burocráticas.

4. *Atividades de Capacitação*: em uma dimensão muito menor em relação às outras atividades foram mencionado aqui estudos dirigidos sobre a prática profissional e outras atividades mais voltadas ao aprimoramento pessoal para o trabalho, tais como cursos e seminários.

Em relação as principais responsabilidades na relação com o trabalho, poucas referencias específicas foram mencionadas indicando que todas as atividades tinham alto grau de responsabilidade. Apenas três participantes mencionaram a responsabilidade de estabelecer com o usuário dos serviços públicos uma relação de confiança, de troca de conhecimento e crescimento mútuo, caracterizando esta relação como de "horizontalidade".

Quando solicitados à identificarem aspectos positivos e negativos relacionados ao trabalho, o grupo apontou:

Como aspectos positivos foram apontados em primeiro lugar o funcionamento e relacionamento das equipes de trabalho, seguido da experiência no trabalho com a comunidade que propicia um melhor conhecimento das questões sociais e sua relação com o sofrimento das pessoas (permite uma maior conscientização e crescimento pessoal). Ainda como aspecto positivo foi apontado o desafio no trabalho contrastando a criança e o adolescente, adulto e famílias, a geração do trabalho com a questão de renda, o enfoque nas comunidades e grupos associativos ao mesmo tempo em que no atendimento a indivíduos permite uma visão dialética e contraditória das dinâmicas pessoais e de grupo afetando o cotidiano das pessoas.

Os aspectos negativos apontados disseram respeito, a quatro principais categorias:

1. Em primeiro lugar ao *contexto do trabalho*, como exemplo a questão da violência que afasta pela morte as pessoas do convívio, a complexidade dos problemas vividos pela população atendida e os limites pessoais e profissionais que se impõem para lidar com estes problemas.

2. Foram ainda arrolados *aspectos estruturais do trabalho*, como problemas com supervisão sistemática das atividades, burocratização excessiva, falta de rede informatizada, falta de profissionais, fragmentação de ações, ausência de políticas claras, falta de recursos para uma gestão com autonomia.

3. *Dimensões e características pessoais* relacionadas ao trabalho foram apontadas como aspectos negativos, a saber, estresse dos profissionais, medo e resistência ao novo e à mudança; pouca participação profissional em atividades de avaliação e planejamento.

4. *Importância e valor do trabalho social* e dificuldades na representação do papel deste profissional, junto a comunidade e outros profissionais na mudança da assistência e atendimento emergencial das necessidades básicas para o protagonismo e emancipação comunitária.

Quando solicitados a identificarem os maiores problemas que vivem no cotidiano, o grupo apontou: a questão da violência, especialmente a doméstica contra mulheres e crianças; a miséria chamando a atenção para as suas consequências tais como a droga, a desestrutura familiar e pessoal, o alcoolismo, o desemprego, a baixa escolaridade dos adultos e dos adolescentes que abandonam a escola, o alto grau de mortalidade por diferentes causas, a lei do silêncio que impera nas comunidades apontando para uma estrutura de medo e opressão, a impotência pessoal e social de lidar com todos estes problemas. Ainda são identificados os problemas decorrentes da exclusão social que não são percebidos de forma imediata, como a dificuldade de estabelecimento de vínculos afetivos e solidários necessários para uma dinâmica social diferente da que se estabeleceu nas comunidades pela violência, negligência e opressão. Neste sentido, o ciclo se mantém e o rompimento com este sistema se caracteriza como um grande problema a ser enfrentado pelos profissionais desta área.

Quando solicitados a apresentarem como vêem a sociedade atual e as razões por que se vive um cotidiano tão adverso, o grupo respondeu chamando a atenção para duas dimensões principais. A primeira delas atribuindo o que acontece a condições sociais e políticas que são responsáveis por pouca participação nas questões sociais, pela falta de políticas públicas para a solução de problemas, pela política econômica que é responsável pela exclusão social e pelas grandes contradições sociais, por exemplo da miséria e do progresso, do coletivo e individual, pelas desigualdades e pela perda do poder de participação da população. Por outro lado, este grupo enfatizou também questões relacionadas à uma ética coletiva e individual que se refletia no conjunto de valores vigentes e responsáveis pelo isolamento e sofrimento da população. Foram enunciadas algumas características que marcavam as relações pessoais e os valores mais importantes no cotidiano de hoje, tais como o egoísmo, a falta de solidariedade, a falta de amor, o descrédito no outro, a falta de esperança e confiança, o desamparo. Chamaram a atenção para o estado de loucura que a população vive, especialmente tomada pela droga e violência, onde valores individualistas e a competitividade impulsionam a sociedade para o progresso a custo do sofrimento psíquico da população. Apresentaram comentários sobre as perspectivas para uma mudança pautada na construção de relações mais solidárias e do desenvolvimento de uma consciência universal.

Segundo estágio

Após o questionário, foram programados cinco encontros mensais de três horas para discussão de tópicos relacionados

em uma dinâmica de discussão geral dos temas ou em pequenos grupos por região.

Os tópicos apresentados se referiram a: 1) “Quem somos, por que estamos aqui, para onde vamos e como poderemos ir?”; cujo objetivo foi discutir as principais características do grupo, além de aspectos positivos e negativos do grupo; 2) “Ação como política: por que agir? Como agir? E quando agir?”; em que foram explorados a dimensão política da ação social, o que significa ser autônomo e livre em uma comunidade, dificuldades e desafios; 3) “Ação Comunitária – significado, finalidade e relevância”; discutindo o conceito de comunidade e ação social, dificuldades e desafios e, também, a importância de redes sociais e afetivas; 4) “Os caminhos para uma política social”; enfatizando a importância da participação popular; e, 5) “Retomando a caminhada – planos para a construção coletiva” e uma avaliação das ações passadas com o planejamento da ação futura.

Cada encontro de três horas foi estruturado com uma apresentação do tema de discussão do dia ao início. Em seguida, o grupo todo era dividido em pequenos grupos para discutirem os temas. Depois um relatório resumido de discussão foi apresentado por cada grupo pequeno para todo o grupo. Finalmente, as sessões terminavam com um vídeo relacionado com o tema principal do dia. Durante o mês que se passava entre os encontros, os coordenadores de cada região da Secretária Municipal de Assistência Social foi responsável por conduzir o mesmo processo nas comunidades.

Terceiro estágio

Ao final dos encontros mensais, cada CRAS foi solicitada a avaliar as experiências em grupo, por região. A avaliação necessitava fazer referência a mudanças percebidas em três planos: individual, relacional e coletivo. No entanto, as respostas não foram escritas de acordo este critério.

Foi apontado para a realização de um vagaroso e doloroso processo que, no entanto era importante para ver como alguém implica-se no trabalho e suas conseqüências nas relações sociais. “A angústia, já mencionada, foi catalizada para o movimento externo e o time continua construindo sua identidade no nível relacional” (CRAS – Noroeste).

Alguns relatos mostram que os participantes passaram a refletir sobre as dificuldades em transitar da assistência para a promoção da autonomia na comunidade e percebem isso com o um desafio: “Avaliamos que o desafio maior é definir estratégias para lidar com a inércia da Comunidade que historicamente nessa região, caracteriza-se por uma população que sempre foi acostumada a recebe..., e não lutar pelos seus direito” (CRAS – Leste).

Ao mesmo tempo, reconhecem a dificuldade de agir neste espaço:

É claro que hoje, especificamente, temos um cenário marcado pela violência e pelo tráfico que desperta na maior parte das pessoas o “medo”, medo de se expor, o medo de se envolver, dificultando a participação e a responsabilização nas ações propostas (CRAS – Leste).

No entanto, sentem que a reflexão coletiva de todas as experiências individuais fornece elementos de força para o planejamento de ações comunitárias que possam ter um impacto na vida das pessoas. “Entendemos que para a implementação da proposta devemos levar em conta os vínculos, fortalecimento de parceria, confiança, desejo, segurança, tempo para que haja superação das dificuldades acima apontadas” (CRAS – Sul).

A reflexão sobre a vida, leva a novos desafios para superar a angústia. “Os novos desafios são no que se referem a montar estratégias para diminuir a angústia frente as dificuldades existentes (pessoais e estruturais). As dificuldades estão permeando as questões pessoais que refletem tanto nas relações quanto na prática profissional” (CRAS – Sul).

Pensar sobre o processo de avaliação funcionou também como reflexão sobre as mudanças, constatadas como processo contínuo. “Realizar este exercício de avaliação suscitou na equipe um processo de reflexão que não se esgotou neste primeiro momento e propomos continuar o mesmo nas próximas reuniões de equipe” (CRAS – Sudeste).

Discussão

Enquanto o neoliberalismo propõe o desmantelamento do estado, os participantes e o próprio programa integraram-no em um esforço que objetiva criar um mundo em que o humano é concebido como ser e não somente como alguém determinado por sua participação no mercado. Apesar do objetivo das/dos profissionais ser o de mudar a realidade daqueles que são atendidos, o mesmo não é concretizado. Pois há sofrimento desde o primeiro contato com a desumanidade da realidade.

Desta forma, acompanhar um grupo de profissionais que trabalham com as pessoas imersas em uma realidade de opressão e violência caracteriza o trabalho do psicólogo enquanto mediador do processo de libertação. Tal processo está presente na vida cotidiana, seja por influências políticas ou pessoais (já que ambos não são duas coisas separadas). Durante o processo é importante alcançar a conscientização de necessidades pessoais, relacionais e coletivas e, a partir delas, descobrir as forças opressivas e as condições de mudança. Além disso, o diálogo tem um papel essencial para o desenvolvimento de parcerias, solidariedade e criar o espaço necessário para reflexões críticas

sobre o que está acontecendo a nossa volta e como lidar com isto.

O fortalecimento surge de um senso de pertencimento a um coletivo, em que ninguém pode alcançar liberdade isoladamente, pois o sofrimento do outro é o próprio sofrimento. Idéias surgem dentro de um coletivo trazendo esperança para um movimento libertador que implica em mudanças pessoais, políticas e sociais.

Refletir sobre a vida pessoal com discussões teóricas, abrindo momentos de diálogo, traz novos caminhos e entendimentos para o que está acontecendo tomando, assim, um sentido fortalecedor. Isto leva a um crescimento e aprimoramento nas relações dos indivíduos diante de seu grupo. No entanto para uma transformação verdadeira é preciso que o coletivo seja priorizado, neste sentido, o trabalho continua e dever ser ajustado para um envolvimento cada vez maior da população das comunidades com as equipes técnicas que mantêm interesse no desenvolvimento de programas integrados e participativos.

Cuidar das angústias e da paralisação pelo medo é um sinal de saúde e, a saúde individual somente pode existir onde a saúde coletiva é priorizada (Martín-Baró, 2000). Decorre daí a importância deste trabalho para fortalecer o caminho de todos os que vivem no sofrimento e na busca de ações sociais coletivas que sejam capazes de levar a cabo a transformação das comunidades e da sociedade.

Referências

- Albee, G. W. (1982). Preventing psychopathology and promoting human potential. *American Psychologist*, 37(9), pp. 1043-1050.
- Anderson, P. (2000). Balanço do neoliberalismo. In E. Sader & P. Gentili (Eds.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático* (5ª ed., pp. 9-23). Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Boff, L. (2000a). *Depois de 500 anos: Que Brasil queremos?* (2ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Boff, L. (2000b). *Ethos mundial: Um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília, Brasil: Letraviva.
- Boff, L. (2000c). *Ética da vida* (2ª ed.). Brasília, Brasil: Letraviva.
- Chauí, M. (2001). *Escritos sobre a universidade*. São Paulo, Brasil: Edunesp
- DOAS (2003). *Relatório técnico das políticas de capacitação*. Secretaria Municipal de C., SP, Brasil.
- Freire, P. (1980). *Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo, Brasil: Moraes.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (15ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gentili, P., & Alencar, C. (2003). *Educar na esperança em tempos de desencanto* (3ª ed.). Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Guareschi, P. (1996). A ideologia: Um terreno minado. *Psicologia & Sociedade*, 8(2), 82-94.
- Guzzo, R. S. L. (2003). Educação para a liberdade, psicologia da libertação e psicologia escolar: uma práxis para a realidade. In: S. F. C. de Almeida. (Org.). *Psicologia Escolar: ética e competências na formação e atuação profissional*. 1 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, p. 169-178.
- Heller, A. (1982). *Para mudar a vida: Felicidade, liberdade e democracia*. São Paulo, Brasil: Brasiliense.
- Joffe, J. M., & Albee, G. W. (1981). Powerlessness and Psychopathology. In J. M. Joffe & G. W. Albee (Eds), *Prevention through political action and social change* (pp. 321-325). New England, EUA: University Press.
- Lebret, L. J. (1963). *Manifesto por uma civilização solidária* (4ª ed., B. De S. Cruz, Trad.) São Paulo, Brasil: Duas Cidades.
- Kieffer, C. H. (1984). Citizen empowerment: a developmental perspective. *Prevention in Human Services*, 3(2/3), 9-36.
- Marsella, A. J. (1998). Toward a "global-community psychology": Meeting the needs of a changing world, *American Psychologist*, 53, 1282-1291.
- Martín-Baró (1996a). The lazy latino: The ideological nature of Latin American fatalism (P. Berryman, Trad.). In A. Aron & S. Corne (Eds.), *Writings for a liberation psychology* (2ª ed., pp. 198-220). Cambridge, USA: Harvard University Press. (Reimpresso de *Psicologia Política Latinoamericana*, 135-162, por M. Montero, Ed., 1987).
- Martín-Baró (1996b). Religion as an instrument of psychological warfare (T. Sloan, Trad.). In A. Aron & S. Corne (Eds.), *Writings for a liberation psychology* (2ª ed., pp. 136-150). Cambridge, USA: Harvard University Press. (Reimpresso de *Journal of Social Issues*, 46(3), 93-107, 1990).
- Martín-Baró (1996c). The role of the psychologist (A. Aron, Trad.). In A. Aron & S. Corne (Eds.), *Writings for a liberation psychology* (2ª ed., pp. 33-46). Cambridge, USA: Harvard University Press. (Reimpresso de *Boletín de Psicología*, 4(17), 99-112, 1985).
- Martín-Baró (1996d). Toward a liberation psychology (A. Aron, Trad.). In A. Aron & S. Corne (Eds.), *Writings for a liberation psychology* (2ª ed., pp. 17-32). Cambridge: Harvard University Press. (Reimpresso de *Boletín de Psicología*, 5(22), 219-231, 1986).
- Martín-Baró (2000). Guerra y salud mental. In I. Martín-Baró (Ed.), *Psicología social de la guerra*. San Salvador, El Salvador: UCA.
- McQuiston, C., Choi-Hevel, S., & Clawson, M. (2001). Protegiendo nuestra comunidad: Empowerment participatory education for HIV prevention. *Journal of Transcultural Nursing*, 12(4), 275-283.
- Moane, G. (2003). Bridging the personal and the political: Practices for a liberation psychology. *American Journal of Community Psychology*, 31(1/2), 91-101.
- Montero, M. (2003). *Teoría e práctica de la psicología comunitaria* [Theory and practice of community psychology]. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- Prilleltensky, I. (1989). Psychology and the status quo. *American Psychologist*, 44, 795-802.
- Prilleltensky, I. (2003). Understanding, resisting, and overcoming oppression: Toward psychopolitical validity. *American Journal of Community Psychology*, 31(1/2), 195-201.
- Prilleltensky, I., & Nelson, G. (2002). *Doing psychology critically: Making a difference in diverse settings*. New York, USA: Palgrave Macmillan.

- Rappaport, J. (1995). Empowerment meets narrative: Listening to stories and creating settings. *American Journal of community psychology*, 23(5), 795-807.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal* (4ª ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Record.
- Secretaria Municipal de Assistência Social (2003). *Relatório técnico das políticas de capacitação*. Campinas, Brasil: Secretaria Municipal de Assistência Social.
- Serrano-Garcia, I. (1984). The illusion of empowerment: Community development within a colonial context. *Prevention in Human Services*, 3(2/3), 173-200.
- Serrano-Garcia, I., & Bond, M. A. (1994). Empowering the silent ranks: Introduction. *American Journal Of Community Psychology*, 22(4), 433-445.
- Sloan, T. (2002). Crítica da ideologia na teoria e na prática. In V. Moreira & T. Sloan (Eds.), *Personalidade, ideologia e psicopatologia crítica*. São Paulo, Brasil: Escuta.
- Therborn, G. (2000a) A crise e o futuro do capitalismo. In E. Sader & P. Gentili (Eds.), *Pós -neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático* (5ª ed., pp. 39-53). Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Therborn, G. (2000b). Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades. In P. Gentili (Ed.), *Globalização excludente: Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial* (2ª ed, pp. 63-95). Petrópolis: Vozes; Buenos Aires, Argentina: CLACSO.
- UNDP (2003). *Human Development Report 2003: Millennium development goals: a compact among nations to end human poverty*. New York, USA: Oxford University Press. Disponível em <http://www.undp.org/hdr2003>; retirado em 26/07/2003.
- UNICEF (2002). *Indicadores sobre crianças e adolescentes: Brasil 1990-1999*. Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/indic90-99.zip>; retirado em 26/07/2003.

Received 07/09/2006
Accepted 23/12/2006

Raquel Souza Lobo Guzzo. Doutora em psicologia escolar e do desenvolvimento humano pela Universidade de São Paulo. Professora titular da Faculdade de Psicologia da PUC-Campinas. Pós-doutorado em Prevenção pela Universidade de Rochester, Nova Iorque, EUA. Pesquisadora do CNPq.

Fernando Lacerda Júnior. Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas. Bolsista do CNPq.